

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 251-1-517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Quinta Sessão Ordinária
29 de Junho – 4 de Julho de 2004
Adis Abeba, Etiópia

EX/CL/87(V)

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PERITOS DOS ESTADOS
MEMBROS SOBRE AS FONTES ALTERNATIVAS DE
FINANCIAMENTO DA UNIÃO AFRICANA

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PERITOS DOS ESTADOS MEMBROS
SOBRE AS FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DA
UNIÃO AFRICANA**

INTRODUÇÃO

1. Em cumprimento da Decisão Dec. EX/CL/77(IV), que orienta a Comissão no sentido de convidar um grupo de 15 peritos dos Estados Membros (3 de cada região) especializados em matéria de financiamento aduaneiro e finanças públicas, para efectuarem uma análise do relatório do Presidente Interino sobre as fontes alternativas de financiamento da União Africana, os peritos reuniram-se em Adis Abeba, Etiópia, de 3 a 5 de Maio de 2004.

2. os países a seguir indicados foram designados para representar as regiões respectivas:

Norte: Egipto, Líbia e Tunísia
Sul: Malawi, Namíbia e Zâmbia
Centro: Congo, Chade e Burundi
Este: Ruanda, Quênia e Sudão
Oeste: Benin, Burkina Faso e Nigéria

Presenças

3. os peritos dos Estados Membros a seguir indicados participaram na reunião:

- Benin	- Líbia
- Burkina	- Namíbia*
- Burundi	- Nigéria
- Congo*	- Ruanda
- Egipto*	- Sudão
- Quênia	- Zâmbia

* Representado por funcionários da Embaixada em Adis Abeba.

4. Os peritos dos Estados membros abaixo indicados não estiveram presentes na reunião:

- Chade
- Malawi
- Tunísia.

Eleição da Mesa

5. O Dr. George T. Irele, da Nigéria, foi eleito como Presidente e a Sr^a Rhodah Njuguna do Quênia como Relator.

Organização dos Trabalhos

6. O seguinte horário de trabalho, foi adoptado:

Manhã: 09h00 – 13h00

Tarde: 15h00 – 19h00

Adopção da Agenda

7. A reunião adoptou a seguinte agenda de trabalhos:

1.
 - a) Abertura da Reunião
 - b) Organização dos Trabalhos
 - c) Adopção da Agenda
2. Apreciação do Relatório do Presidente Interino sobre as Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana
3. Questões Diversas.

Observações do Presidente

8. O Presidente agradeceu o facto de os representantes terem-no eleito, e disse que isso era uma honra para si e para o seu país. Ele exortou os participantes a concentrarem-se nas suas deliberações, de maneira a garantir que a reunião atingisse os seus objectivos.

Dissertação feita por Consultores

9. Os consultores disseram que:

1) Contribuições estatutárias:

As contribuições estatutárias nem sempre tiveram um bom desempenho no passado, como um mecanismo de financiamento; mas elas continuam a ser a fonte principal de financiamento das actividades da UA. É necessário estabelecer mecanismos próprios, incluindo a introdução de um novo regime de sanções económicas e financeiras, adoptar o princípio de persuasão moral e reforçar o processo orçamental e o mecanismo de recolha dos fundos, com vista a melhorar a eficiência do sistema de sua arrecadação dos Estados Membros, para evitar a acumulação de contribuições.

2) Impostos da União

A cobrança de impostos da União poderá ser uma fonte importante de obtenção de receitas orçamentais. Contudo, a sua óptima aplicação requer um certo nível de integração, isto é uma harmonização das políticas comerciais e sectoriais, as quais seriam realizáveis a médio e longo prazos.

Antes de se aplicar o imposto da UA, torna-se necessário adoptar um programa de acção, que poderá incluir o seguinte:

- um estudo sobre as várias questões que incluem a definição da base e da taxa do imposto, as normas de origem, os mecanismos de recolha de impostos e as sanções associadas ao não pagamento do mesmo;
- a concepção de quadros institucional e administrativo exequíveis para a gestão do sistema.

3) Imposto de Valor Acrescentado (IVA)

O Imposto de Valor Acrescentado (IVA) oferece uma grande oportunidade para a angariação de fundos a longo prazo. Contudo, a sua aplicação só terá êxito se houver uma harmonização das políticas fiscais. Um período de transição é necessário, durante o qual todos os Estados membros se familiarizarão com o IVA.

4) Outros Impostos

O imposto mais promissor é, de entre outros, aquele que se aplica sobre as viagens de e para África. Um mecanismo apropriado de cobrança deverá ser estabelecido, com a colaboração da Associação Internacional dos Transportes Aéreos (IATA).

5) Fontes de Receitas Não Tributárias: essas são receitas diversas, tais como os emolumentos dos utentes, a remuneração por serviços, as receitas dos investimentos, etc.

6) Subvenções e Donativos;

7) Criação de um Fundo Fiduciário.

Apresentação do Plano Estratégico da Comissão da UA

10. uma apresentação breve do plano estratégico da Comissão da UA foi feita por esta instituição, com vista a informar os peritos dos objectivos da Comissão a curto, médio e longo prazos.

DEBATE GERAL

11. O debate geral sobre as opções e as recomendações contidas no relatório do Presidente Interino sobre as Fontes Alternativas da União Africana, teve lugar da seguinte maneira:

a) Contribuições Estatutárias

12. Após um debate exaustivo que teve lugar sobre esta opção, os peritos concordaram que as contribuições estatutárias deveriam permanecer por algum tempo como a fonte principal de financiamento dos órgãos da UA. Porém, o mecanismo de arrecadação precisa de ser melhorado.

13. Os peritos sugeriram que a Comissão deverá explorar as vias e formas de aumentar a arrecadação e a possibilidade de envolver os bancos nacionais/central, que seriam autorizados a transferir as contribuições estatutárias dos Estados membros directamente para a conta bancária da Comissão.

14. Eles sugeriram um imposto anual sobre o PIB ou uma percentagem uniforme dos orçamentos nacionais dos Estados membros. Com efeito, vai ser necessário criar um mecanismo que proporcione uma gestão prudente, aumente a transparência e a responsabilização dos fundos contribuídos pelos Estados membros.

15. Eles foram também da opinião de que o Vice-presidente deverá continuar a manter o contacto com os Estados membros sobre esta questão e, se necessário for, com os Chefes de Estado, tendo em conta o grande volume das contribuições em atraso e o efeito desestabilizador que isso tem no funcionamento normal da Comissão.

16. Os peritos abordaram igualmente a questão da necessidade duma gestão prudente dos fundos disponíveis, da sua transparência e responsabilização, como um incentivo para os Estados membros pagarem prontamente as suas contribuições.

b) Imposto da União

17. Os peritos, ao abordarem esta opção, observaram que um imposto da União seria mais relevante dentro do contexto de uma economia integrada. Acrescentaram que, embora a integração da economia seja o objectivo final da UA, ela está muito longe de se concretizar. Seria, por conseguinte, inapropriado recomendar, nesta altura, um imposto da União como fonte alternativa de financiamento. Para que uma tal recomendação pudesse ser aplicada, teria que existir um certo nível de integração com políticas comerciais harmonizadas.

c) Imposto de Valor Acrescentado (IVA)

18. Quando discutiam sobre esta opção, os peritos indicaram que ela também podia ser aplicada no contexto de uma economia integrada, que é, aliás, um dos objectivos da UA realizá-lo a curto e longo prazos. Neste caso, os Estados membros teriam que adoptar o IVA na sua estrutura de receitas orçamentais e nas suas políticas fiscais harmonizadas neste contexto.

d) Outros Impostos

19. Ao analisarem esta opção, mais especificamente em relação aos impostos sobre as viagens de e para os Estados membros da União Africana, os peritos consideraram-na como um imposto

discriminatório, porque afectaria apenas as viagens aéreas, o que desincentivaria as viagens para África. Além disso, haveria um grande problema na gestão, uma vez que isso envolveria muitos actores exteriores ao continente.

e) Outras Propostas dos Peritos

- Relacionamento com os Parceiros ao Desenvolvimento

20. Os peritos foram da opinião de que esta é uma área que a Comissão teria de explorar, com vista a reforçar as relações com os actuais parceiros ao desenvolvimento, e a possibilidade de formação de novas parcerias.

- Investimento do Sector Privado

21. Os peritos observaram que a Comissão necessitava de se desenvolver e de se envolver em parceria com o sector privado, particularmente ali onde este sector tem vantagem comparativa e utiliza recursos comuns, tal como o espaço aéreo. Essas actividades seriam tributadas e os fundos disponibilizados à UA. A participação do sector privado seria no quadro da NEPAD, com benefícios pecuniários para UA.

- Parceria com Fundações Privadas

22. Os peritos foram da opinião de que a parceria com fundações privadas deve ser explorada e utilizada, particularmente em relação a projectos específicos no sector social.

- Fundo Fiduciário Africano

23. Os peritos discutiram a possibilidade de se criar um Fundo Fiduciário Africano que poderá ser utilizado para as contribuições monetárias dos Estados membros, dos amigos da UA, de personalidades eminentes, de fundações particulares e dos africanos na diáspora.

- ObrigaçãO Africana

24. Os peritos discutiram a questão relativa a um título de obrigaçãO africana, que poderia ser emitido por um determinado período de

tempo, em que uma percentagem das receitas seria utilizada para financiar as actividades da UA. Esta opção poderá ser considerada, quando o Banco Africano de Investimento for estabelecido.

25. No final do debate geral, foram feitas as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES

1) Contribuições Estatutárias

Os peritos recomendaram que:

- i) as contribuições estatutárias permanecessem como fonte principal de financiamento da UA, a curto e médio prazos, e que as modalidades de sua arrecadação fosse melhorada;
- ii) a Comissão seja orientada no sentido de se relacionar directamente com o Ministério das Finanças dos Estados membros no que diz respeito às contribuições;
- iii) se explore outras formas de arrecadação. Por exemplo, os Estados membros poderiam contribuir com uma percentagem do orçamento nacional.

2) Imposto da União

- i) Os peritos recomendaram que a Comissão tome as medidas necessárias para a implementação do imposto da União.

3) Imposto de Valor Acrescentado (IVA)

- i) Os peritos concordaram que o Imposto de Valor Acrescentado (IVA) era uma fonte alternativa de financiamento viável. Todavia, recomendaram que esta opinião seja considerada, quando a integração económica e a harmonização das políticas fiscais dos Estados membros forem concretizadas.

4) Impostos nas Viagens de e para os Estados membros da UA

- i) Os peritos não recomendaram esta opção, por causa da sua natureza discriminatória e da sua complexidade na gestão e tendo em conta as dificuldades decorrentes da sua implementação.

5) Outras Propostas dos Peritos

- i) Relacionamento com os parceiros ao desenvolvimento:

Os peritos recomendaram que a Comissão reforce as relações com os actuais parceiros ao desenvolvimento e forme novas parcerias com outros potenciais doadores.

- ii) Investimento do Sector Privado:

Os peritos recomendaram que a Comissão desenvolva parcerias com o sector privado, particularmente em áreas onde este sector tem vantagens comparativas, no quadro da NEPAD, com benefícios pecuniários para a UA.

- iii) Parceria com Fundações Privadas:

Os peritos recomendaram que a Comissão explore e utilize parcerias com fundações privadas, particularmente em relação a projectos específicos.

- iv) Fundo Fiduciário Africano:

Os peritos recomendaram que a Comissão considere a possibilidade de criação de um Fundo Fiduciário Africano, que possa atrair contribuições monetárias dos Estados Membros, dos amigos da UA, de personalidades eminentes, de fundações particulares e dos africanos na diáspora.

v) Obrigação Africana:

Os peritos recomendaram que a Comissão considere a emissão de um título de obrigação africana, cujas receitas seriam utilizadas para financiar as actividades da UA, quando o Banco Africano de Investimento for estabelecido.

QUESTÕES DIVERSAS

26. Nenhum assunto foi discutido sob este ponto da agenda.

27. A sessão encerrou às 19 horas.

2004

Consideration of the recommendations of the group of fifteen experts from members states on the alternative sources of funding of the African Union

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4480>

Downloaded from African Union Common Repository